

SAYAD, João & LUNA, Francisco Vidal. Inflação, a grande incógnita para a economia em 1989. *Economia em Perspectiva*, São Paulo, (53):3-6, dezembro/1988.

Inflação, a grande incógnita para a economia em 1989.

**João Sayad
Francisco Vidal Luna**

Muito difícil fazer cenários para 1989. O problema principal é a inflação, que desde o Plano Cruzado se tornou difícil de prever. A solução do problema depende crucialmente da política, que no ano de 1989, no Brasil, é imprevisível. Este é o tema deste artigo.

Os fatos recentes da economia e da política dão a lição número um para os aventureiros das previsões: sabemos pouco, prevemos mal. Nós, economistas, estamos falando de inflação de 30% ao mês desde dezembro de 87 – era para ser em março, em junho e ainda não chegou. E fomos atropelados pelos sustos de julho, de outubro, e pelas pausas inflacionárias de agosto e de novembro. Na política, mais difícil ainda – a vitória do PT nas capitais mais importantes do País, foi “prevista” apenas dois dias antes das eleições. Surpresa geral!

Como prever 89? A inflação brasileira desde 1986 escorrega rapidamente para a hiperinflação. O fracasso do Plano Cruzado empurrou a inflação para os “picos” de junho de 87, em seis meses. O Plano Bresser nos salvou – ganhamos três meses de alívio e começamos a cair novamente. A economia brasileira agora reage à inflação mais rapidamente do que nunca – substituí a moeda oficial em velocidade relâmpago, foge para outra moeda indexada e ameaça fugir da moeda nova em busca da confiança do dólar.

Prever a inflação, em 89, é prever a velocidade com que se dão estas fugas de uma moeda para outra. À velocidade de 30% ao mês, o fenômeno inflacionário é cultural. Quer dizer, a fuga depende muito mais de como a sociedade e os analistas especializados interpretam a realidade do que da realidade mesma. Assim, cortar o déficit é importante – mas, se não houver credibilidade, ou seja, se as pessoas não acreditarem no corte do déficit, a medida aumenta custos no curto prazo (por causa dos impostos, por exemplo) mas não alivia a pressão inflacionária – porque ninguém acredita na redução. Qualquer evento pode alterar o ritmo de fuga e acelerar a substituição.

Outro exemplo: o ritmo da inflação brasileira é medido na velha moeda, o cruzado, que ainda é meio de pagamento. Mas para pagamentos muito miúdos. Além disto, o índice é variável aleatória, medida estatística. Médias tão altas têm gigantesco desvio-padrão. Com amostra cada vez menor – cada vez menos importam os preços em cruzado, a medida é ainda mais instável. Depende do processo de coleta, do processo de amostragem, do conceito teórico utilizado, do sistema de processamento, etc. Pode dar 30%, ou, aleatoriamente, 39 ou 23. Resultados de igual qualidade estatística. Mas que podem levar a interpretações diferentes e a mais inflação. Uma elevação do índice, ainda que aleatória, desafortunada, pode desequilibrar tudo, se os interpretes do índice – economistas, políticos, imprensa, não levarem em conta, como não levam, a sorte e o azar nas medidas estatísticas.

Por isso, no curto prazo, a inflação é cultural – depende de como os economistas e outros observadores da realidade lêem e interpretam os fatos. Por isso, a inflação depende tanto e tão intimamente da política. Para saber a inflação do ano que vem, é preciso saber o que acontecerá em política. Um governo com credibilidade, ou um governo forte,

ou um governo com apoio político, pode reduzir a taxa de inflação. Um governo desapoiado, criticado, não efetivo, pode muito pouco. Os anúncios de decisões dos governos fortes e apoiados valem como fatos – empresas e trabalhadores reagem guiados pelas intenções dos governantes. Governos desapoitados e sem credibilidade precisam mudar fatos econômicos (menos moeda em circulação, ou mais fiscalização contra a sonegação), esperar que estes fatos sejam interpretados corretamente por empresas e trabalhadores (que a mudança vai durar, vai durar muito, vai ser efetiva) para depois obter resultados. Por isso, política é importante para saber da inflação.

O curso da inflação brasileira depende desses fatores. Deixada ao léu, vamos escorregando ladeira abaixo para inflações cada vez maiores e só a sorte comanda nosso destino. Mais dia menos dia, a substituição do cruzado por LBC ocorre e depois desta para o dólar negro e, pronto, a economia brasileira passa a ter todas as suas transações emperradas, difíceis até que nova ordem se instale e nova moeda se crie. A transição, a passagem, o túnel é desconhecido – difícil saber como é, quanto tempo dura e como se chega à luz do outro lado.

A alternativa é “dirigir”, “comandar” a substituição da velha moeda por outra nova. Foi assim com o Cruzado, com o Plano Bresser e será assim em novo programa econômico, que o governo venha a estabelecer. Para saber desta alternativa, é preciso saber como vai a política. Sempre difícil no Brasil: política sem partidos, partidos que são apenas blocos parlamentares, radicalização provocada pela crise econômica. Para saber o curso da vida política nacional, é preciso conhecer a psicologia das massas e a habilidade de marketing dos seus líderes. Sobem e descem os líderes populistas, encantando grandes contingentes hoje, frustrando depois, reaparecendo. Tal difícil quanto medir a inflação. Mais difícil ainda em 89: transição democrática, nova Constituição, eleições presidenciais depois de tantos anos. O curso dos fatos está a mercê do minueto entre candidatos a candidatos, das invejas e gratidões dos diversos homens públicos brasileiros do ano que vai entrar.

Se tudo continuar como agora – governo desapoiado, candidatos em concorrência selvagem, vale-tudo político, previsão fácil: política econômica muito pouco efetiva, escorregaremos rapidamente para taxas de inflação que acabarão por impedir pagamentos.

Hiperinflação, vitória do protesto ou do pessoal que nunca gostou mesmo da democratização. Paralisação de negócios e redução de emprego. Nosso destino na enxurrada da hiperinflação. Cenário I, pessimista, deixa como está para ver como fica.

Cenário II: depois de 10 anos de transição democrática, líderes políticos reconhecem que eleições requerem ambiente de tranqüilidade na economia, reúnem-se em mutirão nacional para apoiar programa nacional de reforma monetária. Todos os esforços do governo se concentram no combate à inflação, toda a energia dos candidatos se concentra por seis meses na construção de coligação nacional de apoio à política de combate à inflação. Choque heterodoxo, “otenziação”, Plano Real, outro plano qualquer – não importa. Faz-se reforma monetária e chegamos a novembro com estabilidade.

Será que o pacto faz isto? O primeiro passo foi importante, exitoso. Mas estabilidade de moeda, fim de inflação é questão de interesse público, é bem público. Não pode ser resolvida sem poder de coerção, lei. Coisa de governo, coisa pública, coisa de política. Não resolverá, se o governo não tiver apoio. Pode até, se o País é desafortunado, ser pacto entre grandes sindicatos e grandes indústrias, no sentido de “otenzar” seus preços e salários e gerar hiperinflação. Não seríamos originais – aconteceu em outros países. Inédito é combater inflação tão alta através de pacto. Não foi assim em Israel, nem na Espanha.

O cenário II é muito otimista? Menos sonhos, mais realismo – então que o apoio seja pela metade, que a credibilidade seja apenas meio restabelecida, que seja tudo pela metade: cenário III. O governo, meio recuperado implementa reforma monetária menos ambiciosa: parem todos os preços por alguns meses, todos concordem com a parada, e que sejam as discussões sobre recomposição de perdas em salários e preços postergadas para logo depois. O impacto inicial é forte: cai a taxa de inflação de 30% para a metade (?) por alguns meses. Logo depois, tudo recomeça – mais rapidamente, porque todos já sabem como são esses programas. E logo estamos em altas taxas de novo. E aí se faz tudo de novo. Previsão: inflação média alta, digamos, 20% entre começo e fim dos programas, sujeita a muita instabilidade. Mas sem hiperinflação.

Para desenhar outros cenários, agora é fácil: quanto mais apoio político obtiver o programa de combate à inflação, mais duradoura será a reforma monetária, com inflação baixa. Mais fácil será prosseguir nas questões mais difíceis do déficit público e da dívida externa, com o capital acumulado da estabilidade de preços. Quanto menos apoio político e mais acirrada a disputa eleitoral, menos impacto terão os programas, mais curta será sua vida, e menos se poderá fazer em termos de déficit e dívida externa.

Quais os cenários mais prováveis? Não sabemos. Só sabemos que democracia exige, para sua viabilidade, ideologia democrática: que o objetivo maior seja a democracia e não variáveis econômicas; que os participantes das disputas políticas reconheçam que as vitórias e derrotas são temporárias (rotatividade); que os adversários não devem ser destruídos, ou alijados, pois são parte fundamental da próxima rodada. Que, portanto, para que a democracia seja bem-sucedida aqui e agora é preciso que todos os participantes da vida política nacional aceitem como prioridade maior o esforço de viabilização da vida democrática. E não a vitória na próxima campanha.